

A entrada de investimentos diretos no Brasil nos seis primeiros meses deste ano bateu um recorde. Esses recursos, aplicados na produção, totalizaram US\$ 4,373 bilhões no primeiro semestre, sendo US\$ 1,1 bilhão apenas em junho, mês em que não houve aplicação externa no programa de privatizações.

Esses números comprovam a confiança das grandes corporações internacionais na economia brasileira. Nunca o Brasil tinha recebido tantos investimentos diretos no primeiro semestre como neste ano. Os números sobre investimentos externos que o Banco Central divulgou há dias mostram também uma mudança na qualidade das aplicações estrangeiras feitas no País. Até há pouco tempo, a grande entrada de dólares no Brasil resultava basicamente do interesse de aplicadores internacionais em aproveitar a remuneração aqui oferecida, muito maior do que a dos mercados dos países desenvolvidos. O inconveniente desse tipo de aplicação é o fato de ele poder deixar o País rapidamente, ao menor sinal do que lhe parecer uma ameaça. Uma retirada maciça e brusca de aplicações externas provocou a crise cambial mexicana no final de 1994. No Brasil, a entrada desse tipo de capital vem diminuindo. Vêm crescendo, em contrapartida, como mostram os números do Banco Central, os investimentos na produção. São recursos que permanecem por longo tempo no País e ajudam a gerar emprego e a expandir a produção.

Este quadro seria fantástico não fosse o fato de ainda existirem dois Brasis: este, tão promissor, em que os estrangeiros apostam com condições de financiamento de Primeiro Mundo, e o outro, em que os nacionais têm de produzir, submetido à sanha tributária e sobre carregado pelo peso de um Estado que resiste às reformas (veja editorial abaixo), e do custo da falta de infra-estrutura.

Desde a chegada do Real, no entanto, um dos efeitos colaterais da entrada de investimentos estrangeiros — de que o País sem dúvida necessita — tem sido o aumento das reservas cambiais. Esse au-

mento provoca o crescimento da dívida pública interna, que, por sua vez, resulta em maiores despesas financeiras para o governo e, consequentemente, em maiores pressões sobre o déficit público. No mês passado, para reduzir esse efeito colateral que tem impacto sobre as contas do governo, o Banco Central vendeu divisas aos bancos e, assim, limitou o aumento das reservas a apenas US\$ 600 milhões (o saldo das reservas no final do mês chegou a US\$ 59,997 bilhões).

O Plano Real — cujo êxito relativo até agora, expresso na manutenção da inflação em níveis baixos, é o principal responsável pelo aumento dos investimentos externos na produção — tem bases precárias, porque ainda não foram aprovadas as reformas estruturais necessárias para assegurar a estabilidade duradoura da moeda. Essas bases, sobretudo a política monetária, cujo rigor é diretamente proporcional ao atraso na aprovação das reformas, têm imposto um custo elevado para os agentes econômicos.

Os juros elevados tornam praticamente impossível o financiamento de programas de investimentos das empresas, cujos frutos demoram para surgir. O complexo e obsoleto sistema tributário sai muito caro para os contribuintes que cumprem suas obrigações. Há excesso de regulamentações sobre a atividade econômica. Tudo isso ainda compõe o cenário em que o empresariado e o investidor brasileiro atuam, tornando mais difícil sua tarefa de competir com o concorrente estrangeiro. Este dispõe de financiamentos a custos e prazos perfeitamente toleráveis, paga na origem tributos compatíveis com os dos demais países de economia estável e tem liberdade para decidir e agir.

Para a concorrência não continuar sendo desigual, urge que o Congresso aprove as reformas para eliminar as causas estruturais do déficit público, aliviar o custo dos investimentos e da produção no Brasil e dar mais liberdade à atividade econômica.